

“HOJE É O DIA DO CASAMENTO”

Carlos Mathias toma posse sem programa de trabalho definido

CELSO ARAUJO

Hoje é o “casamento” (como definiu a Secretária de Educação Eurides Brito) do professor e advogado Carlos Fernando Mathias com a Fundação Cultural do Distrito Federal. Seu ex-diretor-executivo, Ruy Pereira da Silva, deixa as luzes da ribalta para sentar-se junto com a platéia. Carlos Fernando, não quer nem a ribalta, nem a platéia, diz ele, mas “somar esforços para dar um novo sentido à vida cultural de Brasília”.

Carioca, formado em 61, pai de duas filhas, por oito anos membro do Conselho Deliberativo da própria Fundação e assessor em vários projetos de governadores do Distrito Federal, Carlos Fernando Mathias toma posse às 11 horas da manhã, encerrando a trajetória de Ruy Pereira (sete anos) e acenando com novas possibilidades para o órgão: pelo menos um pouco de abertura democrática contra o desgaste, que é quase total.

Mas Carlos Fernando prefere não olhar para o passado, apesar de ser um professor de História. Ele diz que sua ocupação agora é tomar pé da situação e se dirigir para o futuro. Apesar da larga experiência à frente de projetos culturais do governo, em sua primeira entrevista, exclusiva após sua nomeação, não quis falar ao **Correio Braziliense**, sobre problemas concretos como a questão do Teatro Nacional, dos prédios da Fundação (como o Teatro Galpão e a Concha Acústica) que estão entrando na era da decomposição.

Seria indelicado, de minha parte, começar falando de projetos, quando ainda nem sentei na cadeira de diretor-executivo. Eu sei da expectativa, mas não posso adiantar nada. Vou estudar, me situar em todos os setores com os quais a Fundação está envolvida e só então começar a trabalhar. Meu convite é que todos venham colaborar, sem nada de paternalismo ou demagogia. Vamos arregaçar as mangas.

Ainda ontem, Carlos Fernando Mathias esteve com Ruy Pereira Silva, de quem obteve informações a respeito dos problemas mais urgentes da Fundação. Quanto a Ruy Pereira, não se sabe para onde vai (provavelmente para uma clínica de repouso, pois seu médico particular aconselhou-o noventa dias de descanso), após entregar as chaves da FCDF a Carlos Fernando Mathias. A seguir, seu primeiro bate-papo antes da posse.

CB - Qual a sua expectativa poucos momentos antes de assumir o cargo de diretor-executivo, quando se comenta quase unanimemente as possibilidades de renovação naquele órgão?

CF - Ainda estou começando. Sei que vai haver uma nova filosofia de trabalho, sem prejuízo da continuidade. Não estou preocupado em fazer avaliação do que aconteceu e minha meta prioritária é cumprir o Plano de Educação e Cultura da Secretaria. Daqui pra frente, quero que exijam de mim. Temos que situar a Fundação Cultural diante de uma cidade como Brasília. Temos aqui uma elite governamental e administrativa e não podemos ignorá-la. Não serei um simples animador cultural, nem empresário. Mas trabalhar dentro de um sentido mais profundo. Um dos problemas básicos que temos de resolver é a questão do público. Vamos ainda formar um público. Em vez das simples aulas de Educação Artística, que é um negócio tão antigo quanto o Canto Orfeônico, precisamos trabalhar de uma maneira mais informal, para que o aluno, por exemplo, vá aprendendo a conhecer e a fazer teatro. Em Paris, um motorista vai à Ópera porque tem condições, formação. Precisamos desse trabalho de formação de público em Brasília.

CB - E quanto ao público já formado, que necessita de espetáculos, discussão, animação?

CF - Brasília é uma cidade com uma população estudantil altamente expressiva. Temos que conhecer suas aspirações estéticas próprias. Se o governo tem que alimentar o bem-comum, não pode ignorar os diversos segmentos da sociedade. Acho o Projeto Pixinguinha um trabalho muito bem feito. Vi jovens cantando com Cartola, Lúcio Alves. Precisamos de coisas assim. As coisas



Lu (Lourdes Calvo)

“Jamais traria a Brasília um Frank Sinatra para dar um espetáculo de subdesenvolvimento mental”

novas também estão acontecendo aqui em Brasília e, por outro lado, não podemos ignorar o que vem de fora. Você sabe que em Brasília não brotou apenas uma nova proposta urbanista ou arquitetônica, mas também uma proposta diferente no campo das artes.

CB - Comenta-se que o próprio espaço urbano de Brasília foi se desvirtuando brutalmente, muito por culpa de um sistema autoritário de governo. Assim, também, aconteceu com a Universidade de Brasília, que seria um centro científico e cultural avançado com relação às próprias universidades do País. O que acha desse “desvirtuamento” das propostas originais da cidade?

CF - A Universidade não está na minha jurisdição. Niemeyer e Lúcio Costa projetaram a cidade, mas não homem. Enquanto Malraux chegava aqui e falava de uma cidade contemporânea com o futuro, o homem que chegava do interior queria uma grande cerca em volta de sua casa no estilo rococó, fez um muro em volta de si. Brasília não era para ter uma população tão representativa quanto a de hoje. Veja que o Elefante Branco era bem conceituado porque começou com 200 alunos. Hoje, o colégio tem que atender a quase a população de um município. Brasília teve que trazer até mantimentos de fora. É por isso mesmo que Lúcio Costa

diz que em 21 de abril inaugurou-se a **civitas** e agora é preciso formar a **urbis**.

CB - Como vê então a formação dessa urbis?

CF - Temos vários produtos muito claros dessa formação. Quando você pega, por exemplo, uma atriz como Denise Bandeira ou um cantor como Ney Matogrosso. Não estou falando provincialmente, mas a marca deles foi registrada aqui. Não podemos ficar tristes com a característica ainda iniciante de Brasília, porque a Broadway está em Nova Iorque e não em Washington. Você tem que estar atento para as instituições que estão sendo criadas. É o caso da Associação de Ópera. Brasília é uma cidade de sementeira. Já estamos colhendo alguns frutos, mas precisamos semear e plantar muito mais. A Fundação Brasileira de Teatro é uma colheita e ela não vai formar atores só para Brasília, mas pode se transformar num centro de formação para outras regiões. Na área da literatura, temos até um Sindicato de Escritores, temos o Clube de Poesia. Em termos de cinema, precisamos criar um pólo cinematográfico, pois temos excelentes diretores. O que temos de corais e gente estudando música é algo notável. Temos corais nas igrejas evangélicas, temos bandas escolares. Temos os cineclubes.

CB - Você, então, não acredita

no “vazio cultural” com que se costuma definir a situação de Brasília?

CF - O vazio cultural há e não há. São Paulo é o estado mais rico do Brasil e não tinha uma orquestra sinfônica. Cultura não é artigo de luxo, é essencial, vital. Não existe o vazio, no sentido de que temos muita gente se preparando em música e muitos outros setores. Não vou determinar nada à frente da Fundação Cultural, mas fazer com que as propostas se unam. Precisamos saber das dificuldades.

CB - A Fundação nunca teve uma situação estável em termos de verbas. Como pensa utilizar os recursos?

CF - Vamos tentar fazer tudo o que estiver ao nosso alcance, mas há promoções e atividades que não precisam de tanto dinheiro. E não estou preocupado com a exclusividade da Fundação e nem preocupado com o meu relatório de final de mês. Não ignoro a crise econômica que o País atravessa, mas espero contar com a colaboração de muita gente.

CB - Você se referiu à Fundação Brasileira de Teatro, dirigida por Dulcina de Moraes, e que há anos vem sendo anunciada, mas até agora está encontrando problemas para terminar suas obras. A Fundação poderia apressar sua inauguração?

CF - Se eu sou vice-presidente

do Conselho da Fundação Brasileira de Teatro e diretor da Fundação Cultural, e não cuido da FBT é até um crime. Mas tratarei de todos os assuntos em rigorosa condição de igualdade, sabendo, é claro, das prioridades. A FBT está pronta. Só faltam os detalhes.

CB - A Fundação Cultural, esses anos todos, sempre esteve em crise por questões políticas, como as evidentes “censuras” da administração passada, determinando até, de uma certa vez, a interrupção do Festival de Cinema e proibindo certos espetáculos de virem a Brasília. Qual sua posição a respeito do assunto? Você participava ainda do Conselho Deliberativo quando boicotaram Nenê Bandalho?

CF - Não vou dar uma resposta evasiva. Como professor de História, gosto do passado. Cada um faça seu julgamento. Você citou a questão do filme **Nenê Bandalho**. Os comentários que saíram a respeito do meu envolvimento são de uma desinformação absoluta. Essa é uma versão rigorosamente falsa. Não vou fazer corte a ninguém. Não vou gastar energia indicando os processos que estão tanto na Fundação quanto na Censura Federal.

CB - Como professor de História, qual sua apreciação sobre a conservação da memória e sobre a própria História de Brasília, que

parece esquecida pouco menos de 20 anos depois de sua fundação?

CF - Brasília tem um passado muito recente. Eu mesmo participei, em 70, de um levantamento sobre seus monumentos históricos. Temos que realizar agora novas idéias. Agora que a primeira geração está entrando na universidade. Admiro projetos como o do Memorial JK, que não precisava desse título tão alienado, mas poderia ser um Centro de Cultura mais vivo. Juscelino foi um homem arrojado, inovador: Essa cidade foi uma ilha de inovações no Oceano largo das tradições. Agora, já tem sua gente, seu bairrismo, suas peculiaridades. É uma cidade que todo mundo questiona.

CB - Como pensa tratar da delicada situação das cidades-satélites, até agora confinadas à distância e ao isolamento?

CF - Não vou fazer filantropismo nas cidades-satélites. Temos projetos para o Distrito Federal como um todo, senão seria Fundação Cultural do Plano Piloto. Não vou fazer um negócio cretino como levar a Orquestra Sinfônica de Porto Alegre a Brasília. É preciso primeiro ver o interesse desse público, as aspirações da comunidade. Também sem concessões, pois, de repente, eu me viria obrigado a trazer o Waldick Soriano.

CB - Pensa em manter o mesmo Conselho Deliberativo da Fundação, tido por muitos como o principal agente de fechamento daquele órgão?

CF - Os membros do Conselho são todos respeitáveis e alguns deles têm trabalhos admiráveis, como o Aluísio Magalhães que agora desenvolve o projeto Pró-Memória e como o Vicente Salles, que fez todo um mapeamento da música do Pará. Eu vim para somar. Não estou muito interessado nos grupinhos que existem nos meios intelectuais e artísticos. A proposta é fazer. Existe um fenômeno que é colonialismo e outro que é cultura universal. Não há nada mais incompatível no campo das artes que os preconceitos. Mas tenho minhas convicções. Jamais traria aqui um Frank Sinatra para dar seu espetáculo de subdesenvolvimento mental.

Carlos Fernando continua falando animadamente sobre diversos assuntos. Prefere não se deter nos problemas concretos, pois sabe que vai precisar pelo menos de dois meses para inteirar-se de todas as questões administrativas do órgão que vai dirigir. É prematuro. Por enquanto, ele tem apenas um convite: que todas as entidades, agremiações, grupos, embaixadas, colégios e artistas colaborem com ele no sentido de dar novo impulso à vida cultural do Distrito Federal.

Seria o mesmo?

puderam, em grupos, conversar e analisar as conclusões do trabalho apresentado.

E veio - se a dar conta de que naqueles anos de demissões em massa na Universidade de Brasília, aquele frequentador de gabinetes conseguira uma vaga de professor de História, de cujo cargo teria de sair, pouco depois, por pressão dos alunos, tal a incompetência demonstrada.

Obstinado, o frequentador seria, já na administração Prates, um procurador, ou algo equivalente, e daí pulou para conselheiro da Fundação Cultural. A memória de Brasília sabe que foi aquela, a fase mais triste e obscura da instituição. E eis que encontramos o perturbador da conferência dos escritores transformado em teórico de cinema - como conselheiro da Fundação - a declarar, numa entrevista conosco, como deveria ser um filme, num amontoado de asneiras dignas de indicação ao FEBEAP de Stanislaw Ponte Preta.

Isto em 1970. Já no ano seguinte, esse Conselho resolveu, à revelia da comissão de seleção do festival de Brasília, da qual fazíamos parte (com Geraldo Sobral, Rogério Costa Rodrigues, Walter Mello, Fernando Duarte), substituir o País de São Saruê, de Vladimir Carvalho, por **Brasil bom de bola**, filme que fazia duas semanas havia entrado em cartaz comercial

nos cinemas da cidade, e sem nenhum mérito a não ser o de faturar a onda do Tricampeonato mundial e mostrar, na tribuna de honra do Maracanã, a figura do então presidente da República.

E verdade que Saruê estava sem certificado de censura. Mas o diretor desse serviço assegurou à comissão de seleção que se a Fundação Cultural oficiasse, dizendo do interesse, ele liberaria o filme excepcionalmente, a fim de ser mostrado apenas no festival, prática, aliás, que posteriormente adotou em favor de outras fitas oficialmente interditas. Mas o Conselho, mais policial que a censura, preferiu manter a interdição de Saruê e apelar para a adulação e o oportunismo com **Brasil bom de bola**.

E eis o nosso falante conselheiro agora a defender a lisura do escândalo “buritigate”.

“Não é correto; favoreceu privilegiados e prejudicou a finalidade da SHIS”, decidi, mais ou menos assim, o Tribunal de Contas do Distrito Federal. Mesmo naqueles tempos.

“É corretíssimo e honra a todos nós”, deve ter dito, em seu parecer como procurador o ex-conselheiro e ex-perturbador da conferência dos escritores. Suas palavras podem não ter sido essas. Mas foram as intenções e as idéias, conforme se recorda dos jornais, à época do escândalo.

E é natural. São pessoas que para sobreviver praticam um vale-tudo, contra ou a favor de qualquer coisa, só que às vezes no lugar inadequado, nessa forma de fazer carreira e de subversão dos valores.

- E como vai o MEC?

Fizemos a pergunta, há algum tempo, a uns colegas que cobrem as atividades do Ministério da Educação. (Da Educação, já que a Cultura é setor transformado em serviço municipal do Rio). E os assuntos vinham sendo narrados, até que uma jornalista se deteve, com o riso dos outros, na análise de um assessor, ou coisa que o valha, que transitava por lá e dava palpite sobre tudo, transformando - se no folclore da Casa. Ele era a diversão, o pitoresco.

Obvio: “Mas não é possível! E o mesmo”.

E era.

Essas evocações afloraram a propósito da escolha do novo diretor geral da Fundação Cultural do Distrito Federal.

Por certo que ele não é o falatório perturbador da conferência dos escritores, ainda naqueles anos 60. Por certo que não foi demitido, a instância de alunos, por incompetência, da Universidade de Brasília. Nada tem com o “buritigate” nem com o Conselho, de triste memória, da mesma Fundação, do qual já fizeram

parte homens como Oscar Niemeyer, Alcides da Rocha Miranda, Wladimir Murtinho, Ferreira Gullar. Nada tem com a programação, por adulação e oportunismo, de Brasil bom de bola no Festival de Brasília de 1971. Nem é o assessor que divertia, face ao arrazoado de incongruências, os jornalistas que cobriam as atividades do Ministério da Educação.

Nada disso. Mesmo porque Brasília merecia a atenção, de parte de quem de direito, de destinar alguém devidamente qualificado para o exercício da função que muito diz a todo um imenso mundo da cultura popular e erudita que habita e transita pela cidade.

Há muitos outros cargos, e até mais rentáveis, que podem ser reservados aos frequentadores de gabinetes. Esse, porém, de diretor executivo da Fundação Cultural afeta muita gente. Ninguém é contra o emprego dos outros, desde que no lugar certo e que não violente a comunidade. Apenas um mínimo de consideração é o que reivindicam aqueles que não têm mordomia e que pagam impostos. Pois, conforme a defesa que à época Lúcio Costa fez do projeto de Niemeyer para o aeroporto, Brasília não é Aracaju nem Uberaba. E, afinal e acima de tudo a Capital do país.